



**ESTADO DE SERGIPE  
INSTITUTO DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA A SAÚDE DE SERVIDORES DO ESTADO  
DE SERGIPE**

Página 1 de 8

**PARECER N° 259/2020**

**PROCESSO N° 55/2020**

**PARECER – ADESÃO CARONA**

Trata, a *quaestio sub exame*, de procedimento de adesão do Instituto de Promoção e Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Sergipe - IPESAÚDE, na qualidade de “carona”, a ata de registro de preço resultante do Pregão Eletrônico 01/2019 do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí - IASPI, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de regulação, auditoria, perícia em saúde, contas médicas, emissão de pareceres e relatórios, operação, parametrização e atualização do sistema de dados, conforme especificações constantes nos autos, visando, dessa forma, atender às necessidades do IPESAÚDE.

Com efeito, após devidamente instruído o feito, recebemos os autos para emissão de parecer.



**ESTADO DE SERGIPE  
INSTITUTO DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA A SAÚDE DE SERVIDORES DO ESTADO  
DE SERGIPE**

Página 2 de 8

É o que importa relatar.

Com efeito, por intermédio do Decreto nº. 3.931/2001 foi introduzido no ordenamento jurídico pátrio a possibilidade de a proposta mais vantajosa numa licitação ser aproveitada por outros órgãos e entidades, ou seja, em linguagem coloquial, a permissão legal para aproveitar o percurso que alguém está desenvolvendo para concluir o próprio trajeto, sem custos (carona).

Hodiernamente, referida possibilidade encontra-se disciplinada no Decreto nº 7.892/2013.

Quanto ao tema, disciplina o art. 22 do referido corpo normativo, *verbis*:

Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração



**ESTADO DE SERGIPE**  
**INSTITUTO DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA A SAÚDE DE SERVIDORES DO ESTADO**  
**DE SERGIPE**

Página 3 de 8

pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 1º-A A manifestação do órgão gerenciador de que trata o § 1º fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

§ 1º-B O estudo de que trata o § 1º-A, após aprovação pelo órgão gerenciador, será divulgado no Portal de Compras do Governo federal.

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou



**ESTADO DE SERGIPE**  
**INSTITUTO DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA A SAÚDE DE SERVIDORES DO ESTADO**  
**DE SERGIPE**

Página 4 de 8

entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 3º As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

§ 4º O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 4º-A Na hipótese de compra nacional:

I - as aquisições ou as contratações adicionais não excederão, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes;

e



**ESTADO DE SERGIPE**  
**INSTITUTO DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA A SAÚDE DE SERVIDORES DO ESTADO**  
**DE SERGIPE**

Página 5 de 8

II - o instrumento convocatório da compra nacional preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não excederá, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 5º O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

§ 6º Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou

contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§ 7º Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**INSTITUTO DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA A SAÚDE DE SERVIDORES DO ESTADO**  
**DE SERGIPE**

Página 6 de 8

§ 8º É vedada aos órgãos e entidades da administração pública federal a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital ou estadual.

§ 9º É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Federal.

§ 9º-A Sem prejuízo da observância ao disposto no § 3º, à hipótese prevista no § 9º não se aplica o disposto nos § 1º-A e § 1º-B no caso de órgãos e entidades de outros entes federativos.

§ 10. É vedada a contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação por meio de adesão a ata de registro de preços que não seja:

I - gerenciada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; ou

II - gerenciada por outro órgão ou entidade e previamente aprovada pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

§ 11. O disposto no § 10 não se aplica às hipóteses em que a contratação de serviços esteja vinculada ao fornecimento de bens de tecnologia da informação e comunicação constante da mesma ata de registro de preços.



**ESTADO DE SERGIPE  
INSTITUTO DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA A SAÚDE DE SERVIDORES DO ESTADO  
DE SERGIPE**

Página 7 de 8

Como se vê, a norma retro transcrita, pela clareza de sua redação, não comporta nenhuma dificuldade de interpretação, sendo ela direta e vinculante.

Em outras palavras, o procedimento para contratar como “carona”, introduzido pelo Decreto acima referido, deve obediência estrita ao que dispõe o art. 22 do mencionado diploma legal.

Dessa forma, há de se asseverar que, uma vez tendo sido obedecidos os requisitos e critérios definidos em lei, inexistente óbice legal à contratação na modalidade de carona.

O que se verifica, *in casu*.

Ante o exposto, uma vez atendidas as exigências legais apontadas neste Parecer, e resguardados o juízo de conveniência e oportunidade do Administrador, nos limites da Lei, e as valorações de cunho econômico financeiro, ressalvadas, ainda, as questões de ordem fática e técnica, ínsitas à esfera administrativa, essenciais até mesmo para a devida atuação dos órgãos de controle, o procedimento estará apto para a produção de seus regulares efeitos, inexistindo óbice à contratação pretendida.



**ESTADO DE SERGIPE  
INSTITUTO DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA A SAÚDE DE SERVIDORES DO ESTADO  
DE SERGIPE**

Página 8 de 8

É o nosso parecer, s.m.j.

Aracaju, 15 de maio de 2020.

Ricardo Alcantara Machado  
Diretor(a)